

PROJETO DE LEI Nº 07/2020, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Altera dispositivos da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017 que dispõe sobre a cessão e permuta de servidores públicos municipais e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício do cargo e de acordo com o Art. 50 e Art. 69, III, da Lei Orgânica do Município (LOM), coloca em apreciação o referido Projeto de Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Executivo Municipal poderá, observados os critérios de conveniência, oportunidade, disponibilidade, cooperação técnica e reciprocidade, proceder à cessão de servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, para ter exercício em entidades públicas ou órgãos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), das Organizações da Sociedade Civil – OSC, Entidades Filantrópicas, Associações Privadas sem fins lucrativos que prestem serviços de relevante interesse público e no interesse da Administração pública.

Parágrafo único. Entende-se por cessão o ato administrativo que permite o afastamento temporário de servidor público e possibilita o exercício de atividades por este em órgão ou entidade distinta da origem”.

Art. 2º O §1º do Art.10 da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º A permuta terá duração de até 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser renovada, por igual período, mediante termo aditivo”.

Art. 3º O §2º do Art.10 da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º A cessão terá duração de até 1 (um) ano consecutivo, podendo ser renovada, por igual período, mediante pedido fundamentado das partes”.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.

JOSÉ DENNER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.


JOSÉ DENNER BITU COSTA
PRESIDENTE

Art. 4º O Art.12 da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 12 A cessão e a permuta será desfeita em caso de exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento, licença, não aprovação no estágio probatório, por mútuo consenso entre os entes acordantes, por necessidade de retorno do servidor às suas funções, por vontade do servidor(es) envolvido(os), ou ainda por quaisquer formas previstas no convênio ou no termo de cessão ou de permuta”.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário na Lei nº. 967, de 02 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril ano de 2020 (dois mil e vinte).


JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.



JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.



JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE



MENSAGEM DE LEI Nº 07/2020, DE 21 DE ABRIL DE 2020.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores.

Encaminho para apreciação dos digníssimos membros dessa Casa de Leis o Projeto de Lei nº 07/2020 que altera dispositivos da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017 que dispõe sobre a cessão e permuta de servidores públicos municipais e dá outras providências.

Nobres edis, embora sensíveis, as alterações propostas por este projeto de Lei possibilitam ampliação opções nas parcerias no que se refere a cessão de servidores do quadro efetivo do município além de entes da administração pública Federal, dos Estados e de outros municípios, para autorizar também a sessão de servidores municipais para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), das Organizações da Sociedade Civil – OSC, Entidades Filantrópicas, Associações Privadas sem fins lucrativos que prestem serviços de relevante interesse público na área de saúde, educação, serviços sociais e fundado no interesse da Administração pública.

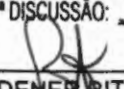
Com a aprovação da devida alteração será possível por exemplo e em caso de necessidade fundamentada ceder servidores por exemplo ao Hospital local, muitas vezes carentes de profissionais que por ventura estejam disponíveis no quadro de servidor municipal.

Face ao exposto e considerando a sensibilidade, o comprometimento e a parceria demonstrados por este Poder Legislativo, é que propomos o presente projeto e pugnamos por sua conseqüente aprovação.

Atenciosamente,

JOSE HELDER MAXIMO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.



JOSE DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.



JOSE DENER BITU COSTA
PRESIDENTE



LEI Nº. 967/2017,

DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a cessão e permuta de servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE, no uso de suas atribuições legais e em pleno exercício do cargo;

Faço saber que a Câmara Municipal de Várzea Alegre aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA CESSÃO

Art. 1º O Executivo Municipal poderá, observados os critérios de conveniência, oportunidade, disponibilidade, cooperação técnica e reciprocidade, proceder à cessão de servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, para ter exercício em entidades públicas ou órgãos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios.

Parágrafo único. Entende-se por cessão o ato autorizativo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ou para atender a situações previstas em leis específicas em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º A cessão de servidor poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- I - para ocupar cargo de provimento em comissão ou para o exercício de função de confiança;
- II - nos casos previstos em leis específicas.

Art. 3º A cessão poderá se dar com, ou sem ônus para o Município.

§ 1º Na hipótese de cessão com ônus caberá ao Município adimplir as obrigações legais de direito do servidor cedido e ao cessionário caberá remeter mensalmente ao cedente os documentos inerentes ao controle de efetividade do servidor.

§ 2º Na hipótese da cessão sem ônus, caberá ao órgão cessionário adimplir as obrigações legais de direito do servidor cedido e deverá o Município efetivar o pagamento da remuneração do servidor, mediante ressarcimento pelo cessionário, conforme dispositivo em termo próprio.

§ 3º Em qualquer caso, a remuneração será aquela fixada pelo órgão cedente, assegurados os mesmos direitos e vantagens funcionais do cargo de origem.

§ 4º Na hipótese do inciso I, do artigo 2º, a cessão será sem ônus para o Município e, nos demais casos, conforme dispuser o termo específico ou convênio.

Art. 4º A cessão ocorrerá através de convênio ou simples termo de cessão, que deverá conter, entre outras medidas, o prazo, o ônus do pagamento da remuneração, o número de servidores, local de trabalho e as atribuições que deverão ser equivalentes às que lhe são próprias.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.



JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, 153 - Centro - CEP: 63.540-000 - Várzea Alegre/CE

"Várzea Alegre Terra do Amor Fraterno"

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.



JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE



TÍTULO II DA PERMUTA

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder permuta de servidores públicos do Município de Várzea Alegre, titulares de cargo efetivo, entre órgãos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios.

Parágrafo único. Entende-se por permuta a troca de servidores que ocupem cargo idêntico ou similar, entre órgãos ou entidades públicas, dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º A permuta de servidor poderá ocorrer para ocupar cargo idêntico ou similar ao exercido no ente de origem.

Art. 7º No caso de permuta de servidores entre os órgãos públicos referidos no art. 5º desta Lei, deverá ser observado o seguinte:

I - ocorrida a permuta, será mantido o vínculo existente entre o ente de origem e o seu respectivo servidor;

II - a remuneração e os encargos legais do servidor permutado caberão ao ente de origem do mesmo;

III - o ente permutante em que o servidor estiver efetivamente exercendo as suas atribuições deverá fornecer mensalmente ao órgão competente do ente de origem o controle de efetividade do servidor;

IV - durante a permuta os servidores permutados estarão subordinados às regras administrativas do ente em que estiver efetivamente exercendo as suas atribuições;

V - não será devido qualquer adicional ou direito em razão da permuta e nem serão excluídos direitos adquiridos;

VI - a ocorrência e a apuração de qualquer falta disciplinar serão reguladas pela legislação do Município que o servidor for remunerado, após a comunicação formal do órgão competente do ente em que o servidor estiver efetivamente exercendo as suas atribuições.

Art. 8º A permuta ocorrerá através de convênio ou simples termo de permuta, que deverá conter, entre outras medidas, o prazo, o número de servidores, local de trabalho e as atribuições que deverão ser equivalentes às que lhe são próprias.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Fica vedada e não será permitida a cessão ou a permuta de servidor:

I - investido exclusivamente em cargo de provimento em comissão;

II - contra o qual tramita processo administrativo disciplinar ou sindicância administrativa.

III - quando for contrária ao interesse público e especialmente, por motivo de reduzido quadro de pessoal do órgão ou ente permutante ou cedente, ou de indisponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 10 A cessão e a permuta será sempre precedida de requerimento do servidor interessado, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, com exposição de motivos, onde devem ficar perfeitamente demonstrados, no que couberem, os critérios elencados no art. 1º e 5º desta Lei.

§1º A cessão e a permuta terá duração de até 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser renovada, por igual período, mediante termo aditivo.

§2º A decisão a respeito do pedido cessão ou de permuta será proferida em até 10 (dez) dias após o recebimento pelo Prefeito Municipal e não comportará recurso de qualquer espécie.



Art. 11 Verificados o interesse público e a disponibilidade orçamentária e financeira, o Poder Executivo poderá solicitar a cessão ou a permuta de servidor ou empregado oriundo de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal, nas mesmas hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - Sendo a iniciativa do ente público, órgão ou entidade pública interessado, o pedido deverá vir acompanhado da expressa concordância do servidor através de declaração com firma reconhecida, sendo exigida ainda, em caso de permuta, que seja anexada declaração do servidor do outro ente público, órgão ou entidade pública interessada, com firma reconhecida.

Art. 12 A cessão e a permuta será desfeita em caso de exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento, não aprovação no estágio probatório, por mútuo consenso entre os entes acordantes, por necessidade de retorno do servidor às suas funções, por vontade do servidor(es) envolvido(os), ou ainda por quaisquer formas previstas no convênio ou no termo de cessão ou de permuta.

Parágrafo único. Desfeita a cessão ou a permuta nas hipóteses elencadas neste artigo, desde que haja consenso entres os entes participantes, poderá ser providenciada a substituição do servidor no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 13 O convênio ou o termo de cessão ou de permuta será homologado pelo Prefeito Municipal através de decreto, devidamente publicado no órgão oficial.

Art. 14. O período de afastamento correspondente à cessão ou a permuta de que tratam esta Lei será computado como tempo de efetivo exercício e será considerado para os efeitos legais previstos, inclusive para promoção e a contagem de tempo para concessão de licenças e de aposentadoria, nos termos em que dispuser a Lei.

Art. 15. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento municipal correspondente.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, ESTADO DO CEARÁ,
EM 02 DE MARÇO DE 2017.


JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020


JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020


JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE
Rua José Alves Bezerra (Zé Agostinho), 585 - Riachinho
Telefone: (88) 3541.2769
CEP 63540-000 – Várzea Alegre – Ceará
E-mail: camarav.a@hotmail.com
Site: <http://camaravarzeaalegre.ce.gov.br>

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Após análise do Projeto de Lei Nº. 007/2020, de 22 de abril de 2020, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que altera dispositivos da Lei Nº. 967, de 02 de março de 2017, que dispõe sobre a cessão e permuta de servidores públicos municipais e dá outras, a Comissão de Justiça e Redação em Sessão realizada por vídeo conferência em 05 de maio do corrente ano, votou pela aprovação da referida matéria.

É o parecer.

Várzea Alegre – Ceará em 05 de maio de 2020.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Presidenta: Luciana Soares Barbosa Rolim Luciana S. B. Rolim
Secretária: Maria Lucimar da Silva Freire Maria Lucimar da Silva Freire
Relator: Márcio Henrique Ferreira de Araújo Márcio Henrique Ferreira de Araújo

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.

JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.

JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

“VÁRZEA ALEGRE, CIDADE DO AMOR FRATERNO”



PROJETO DE LEI Nº 07/2020, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Altera dispositivos da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017 que dispõe sobre a cessão e permuta de servidores públicos municipais e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício do cargo e de acordo com o Art. 50 e Art. 69, III, da Lei Orgânica do Município (LOM), coloca em apreciação o referido Projeto de Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Executivo Municipal poderá, observados os critérios de conveniência, oportunidade, disponibilidade, cooperação técnica e reciprocidade, proceder à cessão de servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, para ter exercício em entidades públicas ou órgãos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), das Organizações da Sociedade Civil – OSC, Entidades Filantrópicas, Associações Privadas sem fins lucrativos que prestem serviços de relevante interesse público e no interesse da Administração pública.

Parágrafo único. Entende-se por cessão o ato administrativo que permite o afastamento temporário de servidor público e possibilita o exercício de atividades por este em órgão ou entidade distinta da origem”.

Art. 2º O §1º do Art.10 da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º A permuta terá duração de até 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser renovada, por igual período, mediante termo aditivo”.

Art. 3º O §2º do Art.10 da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º A cessão terá duração de até 1 (um) ano consecutivo, podendo ser renovada, por igual período, mediante pedido fundamentado das partes”.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.

JOSÉ DENER BITU COSTA
-PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.

JOSÉ DENER BITU COSTA
-PRESIDENTE




Art. 4º O Art.12 da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 A cessão e a permuta será desfeita em caso de exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento, licença, não aprovação no estágio probatório, por mútuo consenso entre os entes acordantes, por necessidade de retorno do servidor às suas funções, por vontade do servidor(es) envolvido(os), ou ainda por quaisquer formas previstas no convênio ou no termo de cessão ou de permuta”.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário na Lei nº. 967, de 02 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril ano de 2020 (dois mil e vinte).


JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020



JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020 DJGO



JOSÉ DENER BITU COSTA
PRESIDENTE



MENSAGEM DE LEI Nº 07/2020, DE 21 DE ABRIL DE 2020.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores.

Encaminho para apreciação dos digníssimos membros dessa Casa de Leis o Projeto de Lei nº 07/2020 que altera dispositivos da Lei nº. 967, de 02 de março de 2017 que dispõe sobre a cessão e permuta de servidores públicos municipais e dá outras providências.

Nobres edis, embora sensíveis, as alterações propostas por este projeto de Lei possibilitam ampliação opções nas parcerias no que se refere a cessão de servidores do quadro efetivo do município além de entes da administração pública Federal, dos Estados e de outros municípios, para autorizar também a sessão de servidores municipais para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), das Organizações da Sociedade Civil – OSC, Entidades Filantrópicas, Associações Privadas sem fins lucrativos que prestem serviços de relevante interesse público na área de saúde, educação, serviços sociais e fundado no interesse da Administração pública.


Com a aprovação da devida alteração será possível por exemplo e em caso de necessidade fundamentada ceder servidores por exemplo ao Hospital local, muitas vezes carentes de profissionais que por ventura estejam disponíveis no quadro de servidor municipal.

Face ao exposto e considerando a sensibilidade, o comprometimento e a parceria demonstrados por este Poder Legislativo, é que propomos o presente projeto e pugnamos por sua consequente aprovação.

Atenciosamente,


JOSE HELDER MAXIMO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 13/05/2020.



JOSE DENER BITU COSTA
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 20/05/2020.



JOSE DENER BITU COSTA
PRESIDENTE